

TE DE DOCUMENTO	31	40
CARIMBO DE ENTRADA DE DOCUMENTOS		
N.º de Ordem	108	
Quem recebeu:		
Data: 30 / 06 / 2022	Hora: 12:30	



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

## TRIBUNAL SUPREMO

Processo nº 25/2018

Autos de Recurso Penal

Vindos do Tribunal Superior de Recurso de Maputo

Recorrente: Sancho Majumbe Massingue

Recorrido: T S R de Maputo

Relator: Mondlane, L A

### SUMÁRIO

- I. Os recursos ordinários em processo penal são de natureza penal e seguem, na sua tramitação, as regras fixadas para os agravos em matéria cível, no caso, um recurso em segunda instância. Para o efeito, imperam os dispositivos dos artigos 649º do Código de Processo Penal referidos aos artigos 754º e seguintes do Código de Processo Civil aplicável subsidiariamente.
- II. O recurso de revista é regido pelas disposições conjugadas dos artigos 721º e 722º do C. P. Civil, incompatíveis com o recurso dos autos, atenta a natureza privada do Direito Civil e do respetivo direito adjectivo que não se compagina com o carácter público do Processo Penal e dos fins que ele persegue.
- III. O presente recurso pretende pôr em crise o acórdão prolatado pelo Tribunal Superior de Recurso de Maputo, um tribunal de 2ª instância, por excelência. Tratando-se de órgão colegial, a respectiva impugnação, no respeitante à sua admissão só pode ser decidida pelo tribunal *quo* e não pelo Exmo. Desembargador Relator. A decisão impugnada emana de órgão colegial e de órgão singular.



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

## TRIBUNAL SUPREMO

Processo nº 25/2018

Autos de Recurso Penal

Vindos do Tribunal Superior de Recurso de Maputo

Recorrente: Sancho Majumbe Massingue

Recorrido: T S R de Maputo

Relator: Mondlane, L A

### SUMÁRIO

- I. Os recursos ordinários em processo penal são de natureza penal e seguem, na sua tramitação, as regras fixadas para os agravos em matéria cível, no caso, um recurso em segunda instância. Para o efeito, imperam os dispositivos dos artigos 64.º do Código de Processo Penal referidos aos artigos 754.º e seguintes do Código de Processo Civil aplicável subsidiariamente,
- II. O recurso de revista é regido pelas disposições conjugadas dos artigos 721.º e 722.º do C. P. Civil, incompatíveis com o recurso dos autos, atenta a natureza privada do Direito Civil e do respetivo direito adjectivo que não se compagina com o carácter público do Processo Penal e dos fins que ele persegue.
- III. O presente recurso pretende pôr em crise o acórdão prolatado pelo Tribunal Superior de Recurso de Maputo, um tribunal de 2ª instância, por excelência. Tratando-se de órgão colegial a respectiva impugnação, no respeitante à sua admissão só pode ser decidida pelo tribunal *quo* e não pelo Exmo. Desembargador Relator. A decisão impugnada emana de órgão colegial e de órgão singular.

- IV. A nulidade do acto não impede, porém, que esta instância se pronuncie sobre o mesmo, atento o disposto no artigo 702º do C. P. Civil, sem prejuízo do reparo que aqui se regista.
- V. O despacho de pronúncia é uma das peças fundamentais do processo através da qual se delimita, em definitivo, o respectivo objecto, ou seja, as questões pelas quais é chamado o arguido a responder perante a comunidade.
- VI. Compete às instâncias o conhecimento da matéria de facto, sem prejuízo de o Tribunal Supremo aquilatar da justeza da condenação no sentido de demonstrar afastado, para além da dúvida razoável a presunção da inocência do arguido. Não cabe a este alto tribunal sindicá-la, uma vez que o seu poder cognitivo inscreve-se sobre a matéria de direito.
- VII. O recorrente não apresenta nas suas alegações matéria de direito susceptível de convocar a atenção deste Alto Tribunal nos termos da lei, pelo que é de se desentender o recurso.

## ACÓRDÃO

Acordam, em conferência, na Secção Criminal do Tribunal Supremo.

### I - RELATÓRIO

No processo crime que corre seus termos no Tribunal Judicial da Cidade de Maputo, 8ª. Secção, **Sancho Majumbe Massingue** foi despronunciado dos factos que sobre ele impendem, alegadamente com o fundamento na inexistência de elementos susceptíveis de sustentar a acusação de que o arguido é partícipe a título de autor material do crime p. e p. pelo artigo 345 do Código Penal pelo que devem os autos aguardar a produção de melhor prova no respeitante ao citado arguido.

Inconformado com o assim decidido, o Digno Magistrado do Ministério Público interpôs recurso para o Tribunal Superior de Recurso de Maputo que, uma vez



admitido, apresentou as respectivas alegações insertas a fls. 344 e seguintes dos autos.

Por sua vez, o Tribunal *ad quem* revogou a despronúncia quanto ao arguido Sancho Majumbe Massingue por acórdão datado de 15 de Junho de 2017, prolatado pela 4ª Secção, ancorando a sua decisão nos seguintes fundamentos:

- a) As razões que motivaram os procedimentos adoptados pelo arguido Sancho Massingue que o tribunal *a quo* considerou como exculpadoras da responsabilidade do arguido no despacho de não pronúncia só podem ser esclarecidas em sede da audiência de discussão e julgamento acolhendo, deste modo, o douto parecer do Ministério Público junto daquela instância;
- b) Na sequência, e dando provimento ao recurso, o tribunal revogou o despacho de não pronúncia do arguido Sancho Massingue e ordenou a sua prisão preventiva nos termos do artigo 291º, nº 1 do Código de Processo Penal, podendo, entretanto aguardar em liberdade provisória, nos termos da lei.

Inconformado com a decisão assim tomada, Sancho Massingue interpôs recurso, desta feita, para o Tribunal Supremo invocando que se trata de um recurso de revista nos termos do artigo 721º e seguintes do C. P. Civil, conjugado com o artigo 645º do C. P. Penal.

Em sede de motivação ofereceu as conclusões das quais se destaca o seguinte:

1. Na apreciação dos factos, o Tribunal Superior de Recurso de Maputo analisou superficialmente o fundo da causa, limitando-se a considerar as alegações do recorrido o que conduziu à produção de um acórdão injusto.
2. O recorrente não praticou os actos que se lhe imputam e a prova coligida no processo aponta a tesoureira Edna Dias como única responsável pelos factos que culminaram com o desfalque que lesou o Banco (Agência) na qual era gerente.

3. A conduta do recorrente integra uma infração disciplinar pela qual já foi oportuna e severamente punido com um despedimento que lhe custou mais de um ano de desemprego para além da privação de liberdade por mais de seis meses.
4. O tribunal recorrido violou gravemente os procedimentos internos ao colocar o balcão a funcionar durante três meses sem sub-gerente, ao desactivar precipitadamente o sistema CCTV e ao permitir o funcionamento do balcão a meio gás, mormente no fatídico dia 04/09/09.
5. Pede, por fim, que o douto acórdão seja revisto por haver sido proferido com violação da lei substantiva que resultou de erro na interpretação ou aplicação do conceito de culpa do lesado e do princípio da individualidade da responsabilidade criminal, conforme determinam os artigos 570º, 571º e 572º; do Código Civil conjugados com o artigo 29 do Código Penal. Numa palavra, deve ser mantido o despacho de não pronúncia do recorrente porque só assim se fará justiça.

Nesta instância, a Exma. Procuradora Geral Adjunta, em representação do Ministério Público, expendeu o seu douto parecer (fls. 340 e seguintes) no qual conclui do seguinte modo:

- i) Para a proferição do despacho de pronúncia, basta que haja indícios, não havendo regras precisas, determinadas e rigorosas como se exige já na fase de julgamento;
- ii) São indícios bastantes para a pronúncia aqueles elementos que, logicamente relacionados, formam um conjunto persuasivo da

culpabilidade do agente que definitivamente se concretizará e objectivará na fase de julgamento;

- iii) Não há, todavia, fundamento para a prisão preventiva do arguido Sancho Majumbe Massingue pelo que deverá aguardar os ulteriores termos processuais em liberdade.

Na esteira do que ficou dito, é de se negar provimento ao recurso mantendo-se a pronúncia recaída sobre o recorrente, conforme o acórdão recorrido, contanto que o recorrente continue a responder em liberdade provisória com todas as responsabilidades a ela inerentes.

Correu o processo aos vistos legais, cabendo apreciar e decidir

## II – FUNDAMENTAÇÃO

Antes de mais nada, uma questão prévia se ergue relacionada com a natureza do recurso nos presentes autos. Com efeito, invoca o ilustre recorrente que interpôs um recurso de revista, ao abrigo do disposto no artigo 721º e seguintes do C. P. Civil, conjugado com o artigo 645º do C. P. Penal (fls. 312 dos autos).

Expendeu, no entanto, a Digníssima Representante do M. P. junto do tribunal recorrido e, em síntese, que não se acham reunidos os pressupostos fixados no artigo 673º do C. P. Civil pelo que é de se indeferir o recurso dos autos.

Todavia, o Venerando Desembargador Relator entendeu que tal decisão cabe ao Tribunal Supremo e não ao tribunal recorrido, pelo que considerando o recurso tempestivo e a legitimidade do recorrente, ordenou a subida dos autos a esta instância.

Ficaram assim recortadas as questões cujo conhecimento se mostra incontornável a este Tribunal.

A primeira prende-se com a natureza do recurso interposto, a sua admissibilidade e qual o órgão competente para a respectiva admissão. Refere, desde logo, o citado



artigo 721º que o recurso de revista tem por fundamento específico a violação da lei substantiva que pode consistir tanto no erro de interpretação ou de aplicação, como no erro na determinação da norma aplicável. Avisa, porém, o artigo 722º que *“o erro na apreciação das provas e na fixação dos factos naturais da causa não pode ser objecto de recurso de revista, salvo havendo ofensa de uma disposição expressa de lei que exija certa espécie de prova para a existência do facto ou que fixe a força de determinado meio de prova”*.

No que tange à sua natureza e, estando em sede de processo penal, a haver recurso só pode ser de natureza eminentemente penal. Tal é a jurisprudência que vem fazendo carreira neste Tribunal através de firme e consistente afirmação.

Tem-se, pois, que os recursos ordinários em processo penal são de natureza penal e seguem, na sua tramitação, as regras fixadas para os agravos de petição em matéria cível, no caso, um recurso em segunda instância. Para o efeito, imperam os dispositivos dos artigos 649º do Código de Processo Penal referidos aos artigos 754º e seguintes do Código de Processo Civil aplicável subsidiariamente.

O recurso de revista é regido pelas disposições conjugadas dos artigos 721º e 722º do C. P. Civil, incompatíveis com o recurso dos autos, atenta a natureza privada do Direito Civil e do respetivo direito adjectivo que não se compagina com o carácter público do Processo Penal e dos fins que ele persegue.

O presente recurso pretende pôr em crise o acórdão prolatado pelo Tribunal Superior de Recurso de Maputo, um tribunal de 2ª instância, por excelência. Tratando-se de órgão colegial pelo que a sua admissão só pode ser decidida pelo tribunal *a quo* e não pelo Exmo. Desembargador Relator.

A nulidade do acto não impede, porém, que esta instância se pronuncie sobre o mesmo, atento o disposto no artigo 702º do C. P. Civil, sem prejuízo do reparo que aqui se regista.

A segunda questão reporta-se à admissibilidade do recurso no caso vertente. Como já ficou referido, a questão controvertida versa sobre matéria fáctica no sentido de saber se a conduta do arguido integra o crime dos autos ou, antes, os autos contêm prova indiciária bastante para fundamentar a pronúncia contra ele articulada em sede de recurso sobre o despacho de não pronúncia. Trata-se de matéria que se insere na apreciação da matéria indiciária vertida nos autos, ou seja, na apreciação dos factos cuja competência está arredada a este tribunal e confiada às instâncias. Retoma-se, a propósito o excerto acima transcrito do artigo 722º do C. P. Civil.

Diz-se no Acórdão recorrido que as razões que motivaram o procedimento do arguido veiculados no despacho de não pronúncia só podem ser esclarecidas convenientemente em sede da audiência de discussão e julgamento. Quer isto dizer que a conduta do arguido só pode ser avaliada no julgamento no sentido de se determina se constitui ou não infracção criminal. Sendo o arguido gerente da unidade de instituição financeira e, nessa qualidade, detentor de segredo sem o qual não podem a tesoureira não pode executar determinadas operações, só em julgamento se pode constituir um juízo de certeza, para além da dúvida razoável que o arguido é partícipe e a que título da fraude que lesou a instituição financeira.

Uma terceira questão diz respeito à entidade que admite o recurso, havendo-o. Na verdade, a decisão que se pretende impugnar é o acórdão do Tribunal Superior de Recurso, um tribunal eminentemente colegial, o que suscita, com propriedade a questão de saber se o recurso interposto acha-se, ou não, na esfera de decisão do respectivo relator no respeitante à sua admissão ou rejeição. Entendemos que compete ao Tribunal recorrido pronunciar-se sobre a admissibilidade do recurso e, em caso afirmativo, fazê-lo subir a esta instância sob pena de se despender esforços e recursos materiais nos casos em que tais diligências estão fadadas ao insucesso por carecerem de fundamento legal.

As competências dos tribunais superiores estão claramente fixadas na lei. Interessará, no caso, atentar apenas no que tange ao Tribunal Supremo, com



assento tónico na Secção Criminal. Preceitua, com efeito, o artigo 51, alínea a) da Lei nº 24/2007, de 20 de Agosto (Lei da Organização Judiciária), que compete às Secções do Tribunal Supremo, como tribunais de segunda instância, "*julgar em matéria de direito, os recursos das decisões proferidas pelos tribunais superiores de recurso, que nos termos da lei são interpostos para o Tribunal Supremo*". Resulta evidente que a Secção Criminal do Tribunal Supremo, enquanto tribunal de segunda instância só pode conhecer de matéria de direito pois que a matéria de facto é de exclusivo conhecimento das instâncias.

### III - DISPOSITIVO

Nestes termos e, pelo exposto, os Juízes deste Tribunal negam provimento ao recurso e confirmam o acórdão recorrido à excepção da imposição da prisão preventiva sobre o recorrente Sancho Majumbe Massingue, já identificado que deverá aguardar em liberdade os ulteriores termos processuais.

Sem imposto.

Maputo, 18 de Dezembro de 2018

Esti Canhembe

Maputo 18 de Dezembro de 2018

Pl. A Secção Criminal. Sudorail

Luís Canhembe